

Artigo 4º Esta lei entrará em vigor no dia 1º de Janeiro de 1948, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade em 7 de Outubro de 1947.

Antônio Passarelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data supra na Secretaria Municipal, de conformidade com a Resolução nº 631-M, de 1947, da Assembleia Legislativa do Estado.

João Bueno de Camargo
Secretário Contador

Lei nº 69 de 27 de Novembro de 1947

Que dispõe sobre abertura de crédito especial de Cr\$ 33.715,00.

O Prefeito Municipal de Piedade, nos termos do inciso II, do art 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto, na Contadoria Municipal, um crédito especial de Cr\$ 33.715,00 (trinta e três mil, sete centos e quinze cruzeiros), destinado à terminação das obras da reforma da praça Coronel João Rosa, autorizada pelo decreto-lei nº 64, de 30 de dezembro de 1946.

§ único - O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do saldo financeiro transferido para este exercício.

Artº 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade em 27 de Novembro de 1947

Antônio Vassallo

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Secretário Municipal na mesma data supra de acordo com a Resolução nº 1.542-M de 1947 da Assembleia Legislativa do Estado
João Barandier - Secretário Contador

Lei nº 70 de 30 de Dezembro de 1947

Que dispõe sobre contrato de financiamento.

O Prefeito Municipal de Piedade, nos termos do inciso II, do artº 3º, do Ato das Disposições (Transitorias) dago Constitucionais Transitorias, da Constituição Estadual, promulga a seguinte lei.

Artº 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contratar com o Governo do Estado, nos termos do decreto-lei nº 16.678, de 31 de dezembro de 1946, o financiamento até a importância de Cr\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil cruzeiros) destinado exclusivamente a custear a execução das obras de abastecimento de água do sede do Município, de acordo com o projeto elaborado pelo extinto Departamento das Municipalidades.

Artº 2º As leis orçamentárias consignarão verbas especiais para o pagamento das obrigações do financiamento a ser contratado, que